

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
RONDÔNIA

CENTRO INTERDISCIPLINAR
DE ESTUDO E PESQUISA DO
IMAGINÁRIO SOCIAL



REVISTA LABIRINTO
ANO XVI
VOLUME 25
(JUL-DEZ)
2016
PP. 75-100.

PRECONCEITO RACIAL NO ROMANCE ABOLICIONISTA BRASILEIRO E CUBANO
RACIAL PREJUDICE IN THE ABOLITIONIST NOVEL IN BRAZIL AND CUBA

JULIANA FILLIES TESTA MUÑOZ

Doutora em Literatura pela Universidade de Colônia e pela Universidade do
Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
juliana.fillies@hotmail.com.br

RESUMO

Até o início do século XIX, o sistema escravagista foi o principal pilar das economias brasileira e cubana. Contudo, a partir das primeiras décadas desse século, o escravismo foi transformando-se paulatinamente em um símbolo de atraso econômico e moral. Iniciou-se, assim, um assíduo debate do qual participaram intelectuais de todas as áreas. Cabia à elite brasileira e à cubana repensar as estruturas socioeconômicas de seus países. Nesse período, ganharam importância ideologias de cunho racial que vincularam o desenvolvimento das nações a sua composição étnica. Influenciados por essas ideias, os intelectuais brasileiros e cubanos abordaram o tema do futuro racial de seus países. É assim que, em Cuba e no Brasil, a figura do negro, até então marginalizada na literatura, foi deslocada para o centro da ficção. Nas literaturas brasileira e cubana, a representação do negro acontece de forma ambígua. Enquanto os escritores abolicionistas buscaram defender os escravos, fazendo deles os heróis de seus romances, eles deixaram, ao mesmo tempo, transparecer o preconceito que dominou as sociedades oitocentistas latino-americanas. Observamos, assim, um posicionamento controverso desses intelectuais em relação à população negra. Propõe-se, com esse artigo, analisar a representação literária de personagens negros em romances selecionados da literatura abolicionista cubana e brasileira, considerando as tensões históricas e as ideias sobre etnia em voga nas respectivas sociedades.

PALAVRAS-CHAVE: Romance abolicionista. Abolição. Branqueamento.

ABSTRACT

Until the beginning of the nineteenth century, the slavery system had been the pillar of the Brazilian and Cuban economy. As of the first decades of that century, slavery as an institution turns into a symbol of economic and moral backwardness. An assiduous debate begins, in which intellectuals of all areas participate. It was up to the Brazilian and Cuban elite to rethink the socioeconomic structures of their countries. In this period, racial ideologies that connect a nation's development with its ethnical composition, gain significant importance. Influenced by these ideas, the Brazilian and Cuban intellectuals take on the topic of the racial future of their countries. This is how, in Cuba and Brazil, the figure of the Negro, marginalized until this point, is dislocated to the center of the fiction. In the Brazilian and Cuban literature, the representation of the Negro takes place in an ambiguous way. Whilst the abolitionist writers seek to defend the slaves, making them the heroes in their novels, they allow, at the same time, the prejudice to transpire, which dominated the Latin American societies during the nineteenth century. We can observe a controversial position of the Cuban and Brazilian intellectuals regarding the black population. We intend to analyze, in this article, the literary representation of black figures in selected novels of the Brazilian and Cuban

abolitionist literature, considering the current historical tensions and ideas about race in the respective societies.

KEYWORDS: Abolitionist literature. Abolition. Whitening.

1 A escravidão e o movimento abolicionista em Cuba

Desde o descobrimento, a história dos países latino-americanos esteve marcada pela instituição da escravidão. Durante quase 400 anos, o sistema escravagista formou a base para o desenvolvimento econômico das colônias na América Latina, influenciando de forma definitiva as estruturas sociais desses países. Calcula-se que no período entre 1500 e 1800 aproximadamente doze milhões de africanos foram trazidos à América para trabalhar como escravos (ZOLLER, 1994). A maior parte deles foi levada a Cuba e ao Brasil, os últimos países no Hemisfério Leste a abolir a escravidão em 1886 e 1888, respectivamente.

A instituição da escravidão foi estabelecida em Cuba no final do século XVI. Já em 1550, os colonizadores haviam

notado a escassez de ouro nas minas cubanas e decidem investir no cultivo da cana-de-açúcar, para o qual a importação de escravos se fez indispensável. Deu-se início, assim, ao tráfico de escravos que teve um desenvolvimento relativamente gradual até 1891. Nesse ano, desatou a revolução haitiana, um acontecimento histórico de grande importância simbólica e econômica para Cuba. Simbólica porque o Haiti se tornou o primeiro país latino-americano a abolir a escravidão e a declarar sua independência através de um levante de escravos. Isso gerou um imenso desconforto na elite cubana, majoritariamente branca, que percebeu a vulnerabilidade do sistema imposto no próprio país. No entanto, decisivo foi o impacto econômico que a revolução exerceu sobre a ilha. Após a rebelião dos escravos, o Haiti entrou numa profunda crise financeira, e Cuba assumiu seu lugar na produção mundial de cana-de-açúcar (SCHÜLER, 1994; SÁNCHEZ, 1964). A fim de suprir a demanda no mercado internacional, Cuba aumentou a importação de escravos africanos. A introdução de escravos teve como consequência inevitável a alteração da composição étnica do país. Já na

primeira metade do século XIX, o número de pessoas consideradas negras tornou-se mais elevado do que o número de brancos (BARREDA, 1979; SCOTT, 1985). Como observa Barreda (1979, p. 6), os engenhos transformavam-se de forma definitiva:

These sugar mills were no longer little “cauldrons”; they were becoming large industrial complexes in which the slave was required to produce the maximum in the minimum time in order to lower production costs. Moreover, the free slave trade made it possible for the hacendado to look upon his slave not as a valuable asset, difficult to replace, but as a “product” that could easily be obtained in the marketplace in exchange for sugar, molasses or rum.

O escravo passou, assim, por um processo de “materialização” que o transformou em objeto de fácil aquisição para o escravocrata. Como era visto como uma mercadoria de fácil acesso, também era tratado como tal. Esse foi, portanto, um período que se destacou pelo aumento da violência praticada pelo senhor nos escravos. Como consequência desse comportamento, cresceu o número de levantes e, entre a

população branca, cresceu também o medo de uma possível rebelião, como a que havia ocorrido poucos anos antes no Haiti. Contudo, apesar da elite cubana temer o aumento do número de negros no país e a coroa espanhola ter assinado um tratado em 1817 abolindo o tráfico negreiro em Cuba, observou-se, nas primeiras três décadas do século XIX, um aumento contínuo do número de africanos em solo cubano. Para os escravagistas, os negros eram um “mau necessário” no desenvolvimento da economia cubana (BARREDA, 1979; PÉREZ-CISNEROS, 1987).

É nesse período também que começaram a levantar-se as primeiras vozes antiescravagistas e nasceu o movimento literário abolicionista cubano. O crescimento econômico da ilha, embasado no sistema escravagista, havia possibilitado o surgimento de uma pequena elite intelectual que se tornou, então, responsável pela produção literária na sociedade oitocentista cubana. Esse grupo de reformadores, escritores e políticos se destacaram, sobretudo, por seu engajamento no combate a escravidão (WOGATZKE, 2006). Os abolicionistas

foram os primeiros a tratar, em textos literários, a questão da *cubanidad* e da nação, ou melhor, definir quem faria parte dela ou não. Destarte, apesar da rígida censura imposta pelos governantes em Cuba, nasceu, no início do século XIX, o que pode ser considerado “la primera literatura cubana que tuvo plena consciencia de su identidad” (ROSELL, 1997, p. 92).

Entre os intelectuais oitocentistas destacou-se José Antônio Saco. Junto a Domingo Del Monte, foi Saco talvez a figura mais proeminente e de maior influência entre os intelectuais da época. Lutou durante toda sua vida com o propósito de alcançar reformas políticas para Cuba e empenhou-se principalmente em suprimir o tráfico de escravos (BARREDA, 1979). Escreveu, por isso, várias obras sobre a escravidão, entre as quais destaca-se *Historia de la esclavitud* (1875). Como nota Barreda (1979, p.10), Saco opunha-se ao tráfico de escravos porque “slavery was antiquated because it was uneconomical – slave labor was more costly than wage labor, in addition, it caused great damage to the social fabric of the nation”. A argumentação era: a instituição da escravidão, do

ponto de vista econômico, não era mais sustentável. Os intelectuais em Cuba, portanto, se apropriaram do discurso econômico com o intuito de convencer os proprietários de escravos do prejuízo que a manutenção de escravos produzia para cada latifundiário, assim como para o desenvolvimento financeiro do país. Contudo, como mostraremos adiante, será principalmente a preocupação com o desenvolvimento étnico em Cuba, que caracterizará os ensaios políticos de Saco e os romances abolicionistas do grupo de intelectuais participantes da tertúlia delmontina¹.

Na visão de Saco, o tráfico e o comércio clandestino de escravos representavam o maior perigo para a nacionalidade cubana. A importação de escravos produzia uma mudança na estrutura demográfica da ilha e provocava uma inclinação da balança populacional em favor dos escravos. Para Saco (1853), o aumento de escravos representava um fortalecimento do sistema escravagista e o consequente desenvolvimento de todos

seus males, tanto econômicos como sociais (TORRES-CUEVAS, 2006). O “medo” de uma africanização gradual do país é evidente na seguinte afirmação de Saco (1853, p. 41):

No lo niego, no; cierto, y muy cierto es, que deseo ardientemente no por medios violentos ni revolucionarios, sino templados y pacíficos, la disminución, la extinción, si posible fuera, de la raza negra; y la deseo porque en el estado político del archipiélago americano, ella puede ser el instrumento más poderoso para consumir la ruina de nuestra isla.

Essa declaração, por um lado, evidencia a postura hostil e xenofóbica da elite cubana em relação aos escravos, por outro, axiomatiza o aspecto que pautou o conceito de *cubanidad* durante o século XIX. Cuba deveria ser livre e não escrava, e o que é mais importante, ela deveria ser branca e não negra:

Mis deseos son que Cuba, dependiente de España, sea libre, y no esclava como es; pero que separada de ella, no solo goce de libertad, sino de una existencia política que asegure en el

porvenir la conservación y la preponderancia de la raza blanca que hoy la habita (SACO, 1853, p. 118).

O medo de que a raça branca viesse a perder o domínio político e financeiro do país num levantamento de escravos foi um fator constante no meio intelectual oitocentista e fez-se presente em todos os ensaios políticos de Saco e de toda a elite cubana. Não só o número de negros escravos aumentava apressadamente, mas também o de negros e mulatos libertos que almejavam alcançar uma posição superior na sociedade (CASANOVA-MARENGO, 2002). Diante desta situação, muitos intelectuais cubanos acreditaram que o único meio de garantir “la conservación y la preponderancia de la raza blanca” e o crescimento financeiro e moral da nação, seria incentivando um processo de continuo “branqueamento” da população. Duas medidas eram essenciais para que essa meta pudesse ser alcançada: primeiro, era necessário proibir o tráfico de escravos de forma definitiva, assim seria inviabilizado o crescimento da população negra; segundo, considerava-se de suma importância promover a entrada de brancos em Cuba que, por um lado,

viessem substituir a mão de obra escrava nos engenhos e, por outro, – e esse é o fator determinante – viessem a se misturar com a população negra, levando-a a clarear-se paulatinamente. O principal defensor da imigração europeia em massa foi Arango y Parreño, um importante teórico da sacarocracia. O político inseriu no contexto antiescravagista a ideia de “borrar la memoria”, procurando fazer desaparecer da memória coletiva tanto a raça africana como seu legado cultural. Incentivando a imigração europeia, Arango abandonou o plano ideológico e introduziu neste contexto o “medo do negro” como uma categoria política e sociológica (RAMÍREZ, 2009).

No âmbito literário, desempenhou um papel central Domingo del Monte que, de acordo com o crítico cubano Salvador Bueno (1979, p. 50), “queda inscrito en nuestra [cubana] historia como el mayor animador de la literatura cubana en la primera mitad del siglo XIX, impulsor de nuestra cultura y primer crítico literario de calidad en nuestra centuria formatriz”. Não diferente de seus compatriotas, também Del Monte sofria com o que Wogatzke (2006) denominou a

“síndrome de *Saint Domingue*”². Entretanto, não criticava a instituição da escravidão condicionado somente pelo medo de um levante por parte dos escravos, mas também porque acreditava que a escravidão submetia Cuba a um estado de opressão política. O crítico acreditava que o sistema escravagista estaria impedindo que o país conquistasse sua independência plena da Espanha. Somente libertando-se das estruturas coloniais, seria possível alcançar uma autonomia política e cultural. (MANZANO, 2005). Denunciou, por isso, o tráfico de escravos, assim como a instituição da escravidão e incentivou vários jovens escritores a abandonar o romantismo e a aderir à causa abolicionista, escrevendo de forma naturalista sobre a vida e a condição dos escravos em Cuba (LUIS, 1984).

2 O romance abolicionista cubano

O romance abolicionista cubano nasce dentro desse projeto antiescravagista, que se caracterizou pela inquietude dos intelectuais diante do desenvolvimento demográfico no país. Os

integrantes da tertúlia delmontina, condicionados pelos acontecimentos no século XIX, escreveram sobre as aflições sofridas pela população escrava e fizeram do negro, pela primeira vez no contexto cubano, o protagonista de suas narrativas, ampliando, assim, as margens do discurso literário (BERMÚDEZ, 2007).

Embora não haja um consenso entre os críticos literários sobre quais obras podem ser consideradas indubitavelmente abolicionistas e quais não³, a maioria parece concordar em classificar o romance *La autobiografía de un esclavo* (1835) do ex-escravo Juan Francisco Manzano como o primeiro romance abolicionista cubano. Trata-se da autobiografia do autor que a escreve a pedido de Del Monte. O crítico, junto a outros jovens intelectuais, havia juntado dinheiro para comprar a liberdade de Manzano. Após escrita, a biografia é levada a Inglaterra pelo abolicionista inglês Richard Madden que se ocupou de traduzi-la e publicá-la em 1840. Embora o texto de Manzano não tenha

grande valor do ponto de vista literário, ele é considerado um documento de grande importância histórica, já que foi o único relato escrito por um escravo no século XIX em Cuba, e um de um total de dois escritos em toda América Latina na mesma época (BERMÚDEZ, 2007).

A obra de Manzano é considerada também de grande importância porque a figura do ex-escravo serviu de fonte inspiratória para os escritores abolicionistas cubanos. Os autores tomaram Manzano como modelo na construção literária do protagonista de seus romances. É, por exemplo, com base na história pessoal de Manzano que Anselmo Suárez y Romero escreveu em 1839 o romance abolicionista *Francisco*, onde narra a vida de um escravo dócil e idealizado que é castigado impiedosamente por seu senhor (BERMÚDEZ, 2007). Diferente das obras escritas no final do século, que abordam mais a fundo a questão da mestiçagem e do branqueamento, Suárez y Romero, no romance *Francisco*, foca nos infortúnios

pelo qual passa o protagonista. Por ser uma obra que condena claramente a escravidão, pode ser classificada como um romance abolicionista.

Também dentro dessa primeira etapa literária, no período romântico da narrativa abolicionista cubana⁴, posicionamos o romance *Petrona y Rosalía*, escrito em 1838 por Félix Tanco y Bosmoniel. Como Suárez y Romero, Tanco y Bosmoniel tinha como propósito denunciar o sistema escravagista retratando as dificuldades e injustiças sofridas pelo cativo. Todos os males pelos quais passava seu protagonista podem ser interpretados como consequência de uma sociedade baseada na escravidão. Através destas imagens, o autor mostra em *Petrona y Rosalía* como o sistema escravagista estava deformando a sensibilidade dos senhores brancos na sociedade cubana (BERMÚDEZ, 2007). Observamos, contudo, que mesmo pleiteando a liberdade dos escravos, o escritor não conseguiu se livrar dos preconceitos eminentes na sociedade

escravagista cubana. Seus personagens são estereotipados, carecem de psicologia e são construídos com base em uma ótica branca, como nota Bermúdez (2007, p. 38):

[...] los personajes negros en *Petrona y Rosalía*, en especial el personaje femenino se presenta lleno de generalizaciones y estereotipos. Los castigos corporales no le impiden a Petrona que su embarazo llegue hasta el final porque como describe el autor, la mujer negra posee una robustez privativa de su raza.

Essa “generalização” apontada por Bermúdez, no entanto, não é uma característica única do romance de Tanco y Bosmoniel. O mesmo procedimento totalizador pode ser observado na caracterização de *Sab*, o protagonista do romance epônimo de Gertrudis Gómez de Avellaneda (1841). Neste romance são invertidas as relações de amo e escravo, já que aqui a trama narrada é a de um escravo que se apaixona por sua ama branca. Trata-se, portanto, de uma história de amor irrealizável, pois, enquanto a relação extra-conjugal entre homens brancos e mulheres negras é tolerada pela sociedade, o mesmo não sucede no caso contrário (ROSELL, 1997). O protagonista do romance

é um jovem honrado, instruído, refinado, enfim, descrito com todas as características do herói romântico. No entanto, como seus antecessores – Francisco, Petrona e Rosalía – também Sab é um personagem arquetípico, pouco autêntico, podendo ser interpretado como “the incarnation of a literary myth, an absolutely false and conventional being, an apparently unique species, but basically topical and generic” (BARREDA, 1979, p. 181).

Importante para nossa análise, no entanto, é o processo de branqueamento étnico, porém também cultural, pelo qual passa o herói que recebe a mesma formação que sua ama branca. É na dificuldade de criar um personagem negro, com todas suas características raciais e culturais, que verificamos o racismo latente por parte dos escritores oitocentistas. A descrição de Sab é vaga e marcada por negações, contudo, já indica o processo de mestiçagem que será tematizado e incentivado por outros autores em Cuba, como no Brasil.

No parecía un criollo blanco, tampoco era negro, ni podía creérsele descendiente de los

primeros habitantes de las Antillas. Su rostro presentaba un compuesto singular en que se descubría el cruzamiento de dos razas diversas y en que se amalgamaban, por decirlo así, los rasgos de la casta africana con los de la raza europea, sin ser no obstante un mulato perfecto (AVELLANEDA, 2003, p. 4).

Ainda mais evidente faz-se o latente racismo de Avellaneda (2003, p. 7) na declaração de Sab em relação a sua mãe: “A pesar de su color, mi madre era hermosa [...]”. A autora condena a sociedade cubana por manter a escravidão e critica a falta de liberdade do escravo, uma situação que compara com a da mulher (BERMÚDEZ, 2007). Não podendo romper as barreiras sociais e conquistar a amada, Sab opta pelo suicídio. O escravo não tem nenhuma influência sobre seu destino e é incapaz de mudar sua sorte. Tanto na vida real, como na literatura o negro não tem mobilidade e não tem voz. Avellaneda, porém, não criticou a escravidão com a intenção de promover uma mudança ideológica e uma revalorização do negro na sociedade cubana. A autora é motivada pela

compaixão pelo escravo, porque vê em seu fatalismo a própria falta de liberdade.

A segunda fase do romance abolicionista cubano, a etapa realista e naturalista, se destaca pela publicação do romance *Cecilia Valdés o La Loma del Angel* (1882) do escritor Cirilo Villaverde. Essa é a última obra abolicionista publicada antes da abolição da escravidão em 1886 e é considerada, por vários críticos, como a mais importante dentro do âmbito literário antiescravagista em Cuba. Segundo Luis (1990, p. 100), o romance pode ser considerado inclusive “the most important novel written in nineteenth century Cuba and perhaps one of the most significant works published in Latin America during the same period”.

O valor que é atribuído a este romance deve-se à cautela tomada pelo escritor em desenhar com minuciosidade a sociedade cubana escravagista. Villaverde não se restringiu à narração da história de um escravo, mas introduziu em seu romance toda uma gama de personagens negros, mulatos e

brancos a fim de examinar a complexa relação entre as diferentes etnias na sociedade cubana colonial. Partindo do sistema escravagista, o autor explorou o comportamento social em sua totalidade e exemplificou a situação política, moral e sexual da ilha, apresentando, assim, um quadro mais abrangente da opressão racial e da experiência colonial na sociedade cubana do século XIX (BERMÚDEZ, 2007).

O romance narra a relação amorosa entre a protagonista mulata Cecilia Valdés e o jovem branco, Leonardo Gamboa. Sem conhecimento de seus laços familiares, os irmãos por parte de pai se envolvem em um relacionamento incestuoso. Fisicamente, Cecilia é a personificação do projeto branqueador propagado pela elite cubana. A protagonista é descrita como uma mulata “quase branca”, que justamente devido sua pele clara, pode aspirar subir na escala social, como observamos na declaração de Chepilla, a avó que cria e educa Cecilia: “Tú, al contrario [de Nemecia], eres casi blanca y puedes aspirar a casarte con un blanco” (VILLAVERDE, 1981, p. 25). A mentalidade racista da sociedade cubana oitocentista faz-se presente principalmente

nas afirmações de Chepilla para quem “blanco, aunque pobre, sirve para marido, negro o mulato ni el buey de oro” (VILLAVERDE, 1981, p. 25). Cecilia, seguindo os conselhos da avó, divide os potenciais pretendentes em dois grupos opostos: brancos e negros. Entretanto, somente o casamento com um branco é visto como admissível, e o motivo principal não é a garantia de uma segurança financeira e sim a esperança de uma prole mais clara. A desvalorização do elemento africano pelos próprios afrocubanos é evidente. Tanto Chepilla, como Cecilia desprezam os negros e a ânsia por “*adelantar la raza*”, por meio da união conjugal com um branco, leva Cecilia a tornar-se a amante de Leonardo. Cecilia Valdés pode ser considerada, assim, do ponto de vista do branqueamento, como uma evolução do personagem Sab. A protagonista não passa somente por um branqueamento étnico e cultural, ela o internaliza, negando as próprias raízes. A perda de cor, no caso da heroína, leva à perda da própria identidade.

Para Coulthard (1962), é precisamente a inclusão da psicologia do mulato que constitui uma das características mais

originais do personagem. É o fato de Cecília ressentir-se ao ver os brancos disfrutando de privilégios dos quais negros e mulatos são privados e tentar mudar sua situação procurando um relacionamento com um homem branco que faz este romance distinguir-se das obras abolicionistas antes escritas. Numa sociedade, entretanto, onde “racial purity and skin color were just as important as Independence from Spain itself” (JACKSON, 1976, p. 29), a atitude, a postura, a ambição de Cecília por “branquear-se” podem, até certo ponto, ser compreendidas. Observamos, assim, em Cecília o caso mais extremo de branqueamento dentro da literatura abolicionista cubana. Como nos romances abolicionistas já mencionados, também em *Cecilia Valdés* faz-se evidente o preconceito racial do autor na descrição da protagonista. Cecília, no fundo, apresenta características de uma beleza ocidental branca. Embora o romance tenha um tom claramente abolicionista, observamos que o autor não é capaz de se desprender da concepção de inferioridade da raça negra, que também aqui é, em sua maioria, apresentada de forma estereotipada.

A representação literária do “branqueamento”, no entanto, não foi comum somente na literatura abolicionista cubana. Esse mesmo procedimento foi adotado por intelectuais brasileiros, com a intenção de projetar, em suas obras, o futuro da nação. Um futuro que se fazia dependente do paulatino clareamento da população negra.

3 O abolicionismo e o racismo científico no Brasil

No início do século XIX, o sistema escravagista começava a ser visto internacionalmente como um sinônimo de atraso econômico e moral. Com o passar das décadas, foi sendo abolido em basicamente todos os países ocidentais, exceto em Cuba e no Brasil, situação que colocou as emergentes nações em uma posição marginalizada no contexto mundial. No Brasil, a abolição da escravidão foi o resultado de um processo gradual que, partindo da pressão inglesa, foi sendo conquistado em etapas. Esse processo iniciou-se em 1831 com a decretação de uma lei que colocou fim ao tráfico negreiro, proibindo a entrada de escravos no Brasil. Uma lei que é primeiramente ignorada

pelos donos de engenhos, mas logo reforçada pelo governo em 1850, quando realmente entra em vigor. Em 1871 foi decretada a Lei do Ventre Livre que teve como propósito assegurar a liberdade a todos os filhos de escravos nascidos a partir desta data que completassem os 21 anos. A última lei regulamentada no Brasil antes da abolição definitiva dos escravos foi a denominada Lei dos Sexagenários que garantia a liberdade a todos os escravos que alcançassem a faixa etária de 60 anos, embora esses fossem obrigados a continuar em cativeiro até os 65 anos, como forma de indenização ao amo. Com a Lei Áurea em 1888 foi abolida a escravidão de forma definitiva (MOURA, 1997).

O abolicionismo no Brasil foi um movimento que se estendeu de forma organizada, principalmente entre 1879 a 1888. Os principais integrantes deste movimento foram Joaquim Nabuco, que se tornou porta-voz da campanha abolicionista, Tavares Bastos e José do Patrocínio. Esses intelectuais, no entanto, excluía a participação dos escravos, negando-lhes o direito de lutar pela própria liberdade.

Condenavam a ação de grupos dissidentes que promovessem ou incentivassem a integração da massa cativa no movimento abolicionista, o qual deveria permanecer restrito às camadas dominantes. Dessa forma, acreditavam poder evitar transtornos na ordem social e alcançar a abolição através de meios pacíficos (VENTURA, 1987).

É durante e devido ao movimento abolicionista que o negro foi deslocado de sua posição marginalizada para se tornar personagem de destaque de matérias jornalísticas, conferências jurídicas e debates políticos. Ao mesmo tempo, ele encontrou espaço no âmbito literário e protagonizou na poesia, na prosa e nas obras dramáticas (CARVALHO, 2006, p. 54). Sayers (1956, p. 85) nota que “by 1870 there was hardly a poet who has not written at least a few pieces about the life of the slave, and in the last decade of slavery the theme absorbed a large part of the space of the periodical press”.

Esse período abolicionista se caracterizou também pelo surgimento de novas ideias na sociedade brasileira. Como

observa Bosi (2006), já a partir da extinção do tráfico, acelerou-se a decadência da economia açucareira e o eixo de prestígio deslocou-se lentamente para o Sul, levando os anseios das classes médias urbanas a comporem um novo quadro para a nação. As mudanças na estrutura política e social propiciavam o aparecimento e a proliferação de ideias liberais, abolicionistas e republicanas. Principalmente a partir de 1870, observou-se uma preocupação, por parte da elite brasileira, em figurar como nação civilizada diante dos países europeus. Os intelectuais no Brasil tornavam-se cada vez mais propensos a adotar ideias europeias que, nesta época, giravam em torno do positivismo, do evolucionismo e do determinismo.

As ideologias importadas tinham como base a hierarquização dos diferentes grupos étnicos que eram posicionados em uma escala de acordo com seu grau de civilização ou barbárie. Tinham em comum a convicção sobre superioridade da raça e da cultura branca sobre as populações não-europeias. As teorias raciais em voga buscavam “provar” cientificamente que os negros e os índios apresentavam uma

natural tendência ao barbarismo, enquanto os brancos seriam geneticamente superiores e, portanto, podiam alcançar um maior grau de civilização (SILVA, 2009). No Brasil, esses modelos foram amplamente divulgados pelos escritores do século XIX e tiveram grande aceitação entre os mais renomados pensadores do país (SCHWARCZ, 1993; MÉRIAN, 2008).

Dentro do âmbito intelectual brasileiro ganharam importância principalmente duas escolas deterministas: a geográfica e a racial. A segunda foi conhecida também como “darwinismo social” ou “teoria das raças”. Os principais representantes do determinismo geográfico foram Ratzel e Buckle. Segundo esses teóricos, o desenvolvimento cultural de uma nação estaria intimamente ligado às condições físicas e climáticas da mesma. De acordo com essa ideologia, o subdesenvolvimento econômico, social e cultural brasileiro podia ser considerado resultado inevitável do tórrido clima no país. Essa posição condenava o Brasil a uma eterna decadência em todos os sentidos da vida social. Não é de surpreender-se,

portanto, que essa teoria tenha encontrado adeptos, mas também críticos, entre os intelectuais brasileiros.

Os darwinistas sociais, por outro lado, concentraram-se em procurar uma explicação para as dificuldades do crescimento econômico latino-americano na miscigenação dos povos. As diferentes raças eram vistas pelos ideólogos como fenômenos finais e, conseqüentemente, todo cruzamento era interpretado como um erro (SCHWARCZ, 1993). Exaltava-se a existência de “tipos puros” enquanto o mestiço era desde seu nascimento, categorizado como “menos civilizado”, “menos capaz”, enfim, degenerado. Segundo o teórico Nina Rodrigues (1932, p. 388), a veracidade destas teorias não era colocada em dúvida por nenhum intelectual da época:

De facto não é a realidade da inferioridade social dos negros que está em discussão. Ninguém se lembrou ainda de contesta-la. E tanto importaria contestar a própria evidencia. Contendem, os que a reputam inherente à constituição orgânica da raça, e por isso, definitiva e irreparável, com aqueles que a consideram transitória e remediável.

Para Nina Rodrigues, como para muitos intelectuais no final do século XIX, a raça negra representava um grande perigo para o desenvolvimento financeiro e moral do país. Mas não só isso, a presença de africanos no Brasil ameaçava a nacionalidade do povo brasileiro. Observamos, assim, um profundo desejo em constituir-se como nação branca. Objetivo que só poderia ser alcançado através da supressão da influência negra:

Extremando as especulações teóricas sobre o futuro e o destino das raças humanas, do exame concreto das conseqüências imediatas das suas desigualdades actuaes para o desenvolvimento do nosso país, consideramos a supremacia imediata ou mediata sobre a Raça Negra nociva à nossa nacionalidade, prejudicial em todo o caso a sua influência não sofreada aos progressos e á cultura do nosso povo (RODRIGUES, 1932, p.18).

A noção de raça se tornava uma categoria discursiva. Negros, mulatos e mestiços se convertiam, pouco a pouco, em objeto de ciência e estudo. Para muitos teóricos e cientistas do

século XIX, o conceito de civilização e o de barbárie estavam diretamente relacionados com o fator racial de uma população (BROOKSHAW, 1983). A equação era simples: população branca = nação civilizada, população negra/mestiça = nação atrasada. O Brasil encontrava-se em uma posição delicada e a questão racial devia ser tratada com urgência: como seria possível construir uma nação moderna e civilizada, se grande parte da população não pertencia à “raça superior”?

É nesse momento que vemos a teoria sobre a pureza racial ser adaptada às condições e ideias brasileiras. De acordo com a “teoria das raças”, que propagava a seleção natural das etnias, a raça negra, sendo a mais fraca, estaria fadada a sucumbir na competição com a branca e, por fim, a desaparecer definitivamente (BROOKSHAW, 1983). Essa “seleção natural” que levaria ao desaparecimento do negro foi interpretada da seguinte maneira pelos intelectuais brasileiros: os negros estariam destinados a serem “absorvidos” etnicamente pelos brancos através da miscigenação. Portanto, através desse “projeto branqueador”, buscava-se negar e suprimir por

completo a contribuição da componente africana na construção da nação brasileira e salvar o país da aparentemente irremediável barbárie. Como observa Silva (2009, p. 9), somente através da mestiçagem poderia ser construída uma identidade nacional:

A única possibilidade seria superar (negar) as diferenças raciais e culturais, eminentes focos de tensões e um fosso a separar os diversos grupos. Era necessário constituir uma “nova” raça, com repertório cultural comum, que servisse como “essência” de uma nova identidade nacional. A solução era a mestiçagem (ênfase do autor).

O meio através do qual o Brasil buscou alcançar o “branqueamento” de sua população foi, como em Cuba, o da imigração europeia. Por isso, incentivou-se e facilitou-se a imigração em massa de europeus. Como nota Skidmore, este ideal parece ter sido parcialmente alcançado no início do século XX. Se observamos os dados recolhidos pelo censo entre 1890

e 1940, constatamos um surpreendente aumento da população branca no Brasil. Esse crescimento foi acompanhado por um declínio drástico da população negra, levando ao consequente aumento do número de mulatos. Enquanto em 1890 os negros representavam o 41% da população total, em 1940 alcançavam somente a marca dos 21% (SKIDMORE, 1974, p. 45).

Notamos, assim, que paralelo ao crescimento do número de intelectuais engajados na causa abolicionista, cresceu a influência de teorias de cunho racista. Como em Cuba, o negro foi visto no Brasil como um elemento prejudicial ao desenvolvimento da sociedade e, por isso, sua influência devia ser reprimida. Essa visão negativa da população negra repercutiu vastamente na literatura brasileira do século XIX.

4 O romance abolicionista brasileiro

O negro, que até o século XIX havia sido excluído sistematicamente da cultura nacional brasileira, começou, aos poucos, a se fazer mais presente no âmbito literário, inicialmente ocupando papéis secundários, logo assumindo o

papel principal na literatura oitocentista. Como observa Ventura (1987), o tema amoroso será o discurso adotado pelos principais escritores abolicionistas a fim de abordar o tema da escravidão sem chocar o leitor com as imagens das condições de vida do escravo.

Neste período abolicionista, surgiu a primeira, e certamente a mais conhecida, heroína escrava da literatura brasileira oitocentista, Isaura, a protagonista do romance epônimo *A escrava Isaura*, publicado em 1875 pelo escritor Bernardo Guimarães. Apesar do título, e de sua condição dentro da sociedade fictícia, percebe-se rapidamente que Isaura é uma escrava atípica. Como nota Ventura (1987, p. 94), “Isaura é uma escrava que não parece ser escrava”. A protagonista é culta, toca piano, e não se comporta como cativa. Essa falta de elementos que caracterizem Isaura como escrava se estende a sua descrição física:

Acha-se ali sozinha e sentada ao piano uma bela e nobre figura de moça. As linhas do perfil desenham-se distintamente entre o ébano da caixa do piano, e as bastas madeixas ainda mais

negras do que ele. São tão puras e suaves essas linhas, que fascinam os olhos, enlevam a mente, e paralisam toda análise. A tez é como o marfim do teclado, alva que não deslumbra, embaçada por uma nuance delicada, que não sabereis dizer se é leve palidez ou cor-de-rosa desmaiada. O colo donoso e do mais puro lavor sustenta com graça inefável o busto maravilhoso. Os cabelos soltos e fortemente ondulados se despenham caracolando pelos ombros em espessos e luzidios rolos, e como franjas negras escondiam quase completamente o dorso da cadeira, a que se achava recostada. Na frente calma e lisa como mármore polido, a luz do ocaso esbatia um róseo e suave reflexo (GUIMARÃES, 1981, p.11).

Bernardo Guimarães, ao descrever Isaura, oscila entre elementos brancos e negros, embora possamos observar um prevailecimento da presença de elementos brancos sobre os negros: a pele é como “marfim”, é “alva”, é “pálida”, de uma cor de “rosa-desmaiada”. O único indício que faz referência à origem não branca de Isaura são seus cabelos “fortemente ondulados”. Como nota Castilho (2004), o fato de a heroína ser descrita predominantemente com características brancas,

mostra a dificuldade dos escritores abolicionistas, em sua maioria pertencente a uma elite branca, em ver positivamente personagens negras. A protagonista é apresentada como um exemplo de mulher e, portanto, só poderia aparecer em um romance do século XIX como uma personagem branca, em conformidade com a crença vigente sobre a nobreza e superioridade do sangue caucásico.

Como expomos, o aparecimento de personagens branqueados na literatura abolicionista cubana foi recorrente. Não era de se esperar que fosse diferente no caso de Isaura, já que a sociedade brasileira oitocentista se mostra tão contaminada pelo preconceito racial como a cubana. O racismo latente do autor reflete-se também nas declarações dos diferentes personagens da trama. Isso pode ser evidenciado na fala da personagem Malvina que repreende Isaura por lamentar seu destino como escrava e chama a atenção para sua “linda cor”: “És formosa, e tens uma cor linda, que ninguém dirá que gira em tuas veias uma só gota de sangue africano” (GUIMARÃES, 1981, p.13). Isaura é bela porque, no fundo, é

branca. Uma estética não ocidental não podia servir, no século XIX, como exemplo de beleza no Brasil.

Isaura incorpora o processo branqueador difundido no âmbito intelectual brasileiro. Como Sab e Cecilia Valdés, a protagonista passa por um processo de branqueamento étnico e cultural. A protagonista não só tem a aparência de uma mulher branca, ela também se comporta como tal, de sua origem africana só resta o cativo. Com a construção desse personagem, Bernardo Guimarães ficcionaliza o futuro do Brasil, que acreditava estar na mistura de raças. O romance é, contudo, um exemplo de que a miscigenação propagada pela elite brasileira não tinha como propósito criar um mestiço próprio e real, e sim mostrar que o desaparecimento gradual do negro era viável. Diluindo as características negras de Isaura em sangue e em uma cultura branca, Guimarães cria um personagem “mulato” capaz de encontrar aceitação na sociedade brasileira.

Enquanto Isaura tem um final feliz, o mesmo não é concedido a Raimundo, o protagonista do romance *O Mulato*, publicado em 1881 por Aluísio Azevedo. Com este romance, indubitavelmente abolicionista, Azevedo inaugura o naturalismo no Brasil. O escritor situa a trama no Maranhão onde não critica somente a escravidão, como também toda a sociedade, com seus vícios e costumes decadentes. O protagonista é descrito da seguinte maneira:

Raimundo tinha vinte e seis anos e seria um tipo acabado de brasileiro se não foram os grandes olhos azuis, que puxara do pai. Cabelos muito pretos lustrosos e crespos; tez morena e amulatada, mas fina; dentes claros que reluziam sob a negrura do bigode; estatura alta e elegante; pescoço largo, nariz direito e fronte espaçosa. A parte mais característica da sua fisionomia era os olhos - grandes, ramalhudos, cheios de sombras azuis; pestanas eriçadas e negras, pálpebras de um roxo vaporoso e úmido as sobranceiras, muito desenhadas no rosto, como a nanquim faziam sobressair a frescura da epiderme, que, no lugar da barba raspada lembrava os tons suaves e transparentes de uma aquarela sobre papel de arroz (AZEVEDO, 2004, p. 35).

Como Isaura, a fisionomia de Raimundo se caracteriza pela oscilação entre elementos brancos e negros. Enquanto os olhos são “azuis”, o cabelo é “preto” e “crespo”. O protagonista seria “um tipo acabado de brasileiro”, não fossem pelos olhos claros herdados do pai. Essa declaração pode ser interpretada como um claro indício ao desenvolvimento que já ocorria e deveria ser incentivado no país: uma fusão de etnias, e em especial, da raça negra com a branca.

Raimundo é um mulato que recebe educação e formação em Portugal. Depois de muitos anos no exterior, volta finalmente a sua terra natal, o Maranhão, onde entra em contato com todos os tipos de pessoas na sociedade maranhense que, do ponto de vista intelectual e moral, lhe são decididamente inferiores. Embora seja educado e culto, durante a trama vão aumentando exponencialmente as situações preconceituosas pela qual o protagonista tem que passar. Raimundo se vê sem escapatória, pois percebe que existe algo que não pode mudar: o fato de ter sido alforriado à pia e de descender de uma escrava.

Raimundo não é um escravo, no entanto, o vemos eterno prisioneiro do próprio passado:

Se soubesses, porém, quanto custa ouvir cara a cara: “Não lhe dou minha filha, porque o senhor é indigno dela, o senhor é filho de uma escrava!” Se me dissessem: “É porque é pobre!” que diabo! – eu trabalharia! Se me dissessem: “porque não tem uma posição social!” juro-te que a conquistaria, fosse como fosse! “Porque é um infame! um ladrão! um miserável!” eu me comprometeria a fazer de mim o melhor modelo dos homens de bem! Mas um ex-escravo, um filho de negra, um - mulato! (AZEVEDO, 2004, p. 214)

Se Raimundo, por um lado, é resultado do branqueamento racial, da almejada “integração” do negro na sociedade, ele também é símbolo do desaparecimento gradual da raça negra no Brasil. O processo branqueador pelo qual a população negra devia passar adquire um tom concreto e específico, sobretudo, quando Raimundo questiona: “E, como hei de transformar todo meu sangue, gota por gota? Como hei de apagar a minha história da lembrança de toda esta gente que me detesta?” (AZEVEDO, 2004, p. 214). As questões de Raimundo refletem a situação de

todo um grupo étnico que para “sobreviver” dentro de uma sociedade dominada por brancos tem que eliminar qualquer vestígio de sua origem negra, tornando-se anônimo, sem passado, sem identidade, embranquecendo para libertar-se definitivamente da marginalização social da qual é vítima. Por isso, também não surpreende sua morte no final do romance. A morte de Raimundo pode ser interpretada, segundo Sussekind (1982, p. 69), como “a própria interpretação racial do destino das populações de cor da sociedade brasileira”.

Entretanto, em alguns trechos do romance, tem-se a impressão de que talvez a integração do protagonista teria sido possível se ele não tivesse vivido no Maranhão, numa província a qual Raimundo descreve como “chiqueiros de pretensiosos maus” (AZEVEDO, 2004, p. 102). O Maranhão representa o atraso, enquanto o Rio de Janeiro simbolizava o progresso:

O Rio de Janeiro lá estava a sua espera!

Abriria, ao chegar lá, o seu escritório, e, ao lado da mulher com quem casasse e dos filhos que

viesses a ter, nem sequer havia de lembrar-se do passado!

Sim, que mais poderia desejar melhor?... Concluíra os estudos viajara muito, tinha saúde, possuía alguns bens de fortuna. - Era caminhar pra frente e deixar em paz o tal - passado! – O passado, passado! Ora adeus! (AZEVEDO, 2004, p. 36).

O único modo de escapar da aflição parece consistir no “deixar em paz” o passado. Essa parece ser a mensagem do texto: deixemos para trás o passado, nos libertemos da escravidão e do atraso que ela representa. A construção de um Brasil moderno só seria possível através da extirpação da escravidão da sociedade e da memória coletiva. O esquecimento do passado, contudo, deveria ser alcançado mediante a negação e a “absorção” do negro através do sangue e da cultura branca. O futuro do Brasil encontrava-se em um conceito de “mestiçagem” onde todos os indivíduos seriam, no fundo, cidadãos brancos.

5 Considerações Finais

No século XIX a instituição da escravidão começou a ser considerada um anacronismo, um atraso econômico e um obstáculo para o progresso dos países latino-americanos. Os intelectuais cubanos e brasileiros, diante dessa situação, sentiram a necessidade de combater o sistema escravagista. Deu-se início, assim, a um discurso que se estendeu a vários campos, sendo abordado por políticos, sociólogos e literatos. Dentro desta situação de tensão política, econômica e social, surgiu o romance abolicionista que teve como objetivo atuar como um instrumento na luta contra a escravidão. Entretanto, colocando o negro em cena, os escritores abolicionistas ficcionalizaram e consolidaram a posição de marginalização do afro-americano dentro da sociedade e do imaginário nacional elitista.

Enquanto em Cuba o “medo do negro” e o conseqüente movimento abolicionista foram impulsionados, sobretudo, pelos acontecimentos no país vizinho, o Haiti, no Brasil a

preocupação com o futuro racial do país deveu-se à introdução e à aceitação de ideologias de cunho racista dentro do âmbito intelectual brasileiro. Em ambos os casos, temia-se que a presença negra influenciasse o desenvolvimento econômico e, sobretudo, étnico do país. Por conta disso, incentivou-se a imigração europeia em massa na esperança de que a população se “branqueasse” gradualmente.

A ânsia por “branquear” a população faz-se presente em quase todas as obras abolicionistas. Sab, Cecília, Isaura, Raimundo, são todos personagens que passam por um branqueamento racial, cultural e no caso de Cecília, até mesmo psicológico. É evidente que para esses escritores, pertencentes a uma sociedade classista que almejava o progresso e o reconhecimento internacional, o negro, símbolo da barbárie, tinha que desaparecer. O caminho para alcançar essa meta parecia ser o da miscigenação. A construção de personagens branqueados reflete, portanto, as ânsias e medos das elites cubanas e brasileiras respeito ao futuro racial de seus países.

Por meio da breve análise dessas obras podemos observar, portanto, a postura marginalizadora da gama intelectual brasileira e cubana que, no afã de instrumentalizar os “negros” na sua campanha antiescravagista, deixou transparecer seu pensamento racista e sua incapacidade de libertar-se do preconceito. A representação literária do negro nas obras abolicionistas é, portanto, ambivalente. Ao mesmo tempo em que se engajaram na luta em prol da libertação dos escravos, os escritores abolicionistas inferiorizaram e estereotiparam o negro que para ser aceito no seio da sociedade tinha como única opção tornar-se branco.

REFERÊNCIAS

AVELLANEDA, G. G. de. **Sab**: novela original. Valparaíso: Editorial del cardo, 2003. Disponível em: <<http://www.biblioteca.org.ar/libros/70100.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2016.

AZEVEDO, A. **O mulato**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2004. (Série Clássicos da nossa língua).

BARREDA, P. **The Black Protagonist in the Cuban Novel**. Amherst: The University of Massachusetts Press, 1979.

BERMÚDEZ, M. E. **Marta Rojas y la literatura femenina de combate**: discurso antiesclavista, mestizo y poscolonial en la (re)construcción de la historia de la cubanidad. Atenas: Universidad de Georgia, 2007.

BOSI, A. **História concisa da literatura brasileira**. São Paulo: Cultrix, 2006.

BROOKSHAW, D. **Raça e cor na literatura brasileira**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

BUENO, S. **La crítica literaria cubana del siglo XIX**. La Habana: Letras Cubanas, 1979.

CASANOVA-MARENGO, I. **El intersticio de la colonia**. Ruptura y mediación en la narrativa antiesclavista cubana. Madrid, Frankfurt a. M: Iberoamericana, Vervuert, 2002.

CASTILHO, S. D. de. A representação do negro na literatura brasileira: novas perspectivas. **Olhar do professor**, Ponta Grossa, v. 7, n. 001, p. 103-113, [2004].

COULTHARD, G.R. **Race and Colour in Caribbean literature**. London, NY, Toronto: Oxford University Press, 1962.

GUIMARÃES, B. **A escrava Isaura**. 10. ed. São Paulo: Ática, 1981. (Série Bom Livro)

LUIS, W. **Literary Bondage. Slavery in Cuban Narrative**. Austin: University of Texas Press, 1990.

_____. History and Fiction: Black Narrative in Latin America and the Caribbean. In: _____. **Voices from Under**. Black narrative in Latin America and the Caribbean. Westport, London: Greenwood Press, 1984.

_____. La novela antiesclavista: texto, contexto y escritura. **Cuadernos Americanos**: La revista del nuevo mundo, México, v. 236, p. 103-116, 1981.

JACKSON, R. L. **The Black Image in Latin American Literature**. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1976.

MÉRIAN, J. Y. O negro na literatura brasileira *versus* uma literatura afro-brasileira: mito e literatura. **Navegações**. Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 50-60, mar. 2008.

MANZANO, J. M. A. **La formación de la identidad cubana**. Sevilla: CSIC, 2005. (El debate Sacro- La sagra).

MOURA, M. de S. **A dupla marginalidade de Cruz e Souza: Frente à sociedade branca e à racionalidade positivista**. 1997. 127f. Tese (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

PÉREZ-CISNEROS, E. **La abolición de la esclavitud en Cuba**. Tibás, Costa Rica: Litografía e Imprenta LIL, 1987.

RAMÍREZ, I. S. Los negros en la Cuba colonial: un grupo forzado a la marginalidad social que sufren desprecio, prejuicio y discriminación. **Anales del Museo de América XVII**, Madrid, n. 17, p. 112-129, 2009.

RODRIGUES, N. **Os Africanos no Brasil**. São Paulo: Companhia editora nacional, 1932.

ROSELL, S. **La novela antiesclavista en Cuba y Brasil: Siglo XIX**. Madrid: Editorial Pliegos, 1997.

SACO, J. A. **Obras de Don José Antonio Saco**. Nueva York: Librería americana y extranjera de R. Lockwood e hijo, 1853. V. 2.

SÁNCHEZ, R. G. **Sugar and Society in the Caribbean: An Economic History of Cuban Agriculture**. New Haven/London: Yale University Press, 1964.

SCHÜLER, K. Sklavenaufstand-Revolution-Unabhängigkeit: Haiti, der erste unabhängige Staat Lateinamerikas. In: ZOLLER, R. **Amerikaner wider Willen:** Beiträge zur Sklaverei in Lateinamerika und ihren Folgen. Frankfurt am Main [et.al]: Vervuert Verlag, 1994.

SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças:** Cientistas, instituições e a questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das letras, 1993.

SCOTT, R. J. Explaining Abolition: Contradiction, Adaptation, and Challenge in Cuban Slave Society, 1860-1886. In: FRAGINAL, M.; PONS, F. M.; ENGERMAN, S. L. (Eds.) **Between Slavery and Free Labor.** Baltimore and London: The Johns Hopkins University Press, 1985.

SILVA, L. F. da. O mestiço na construção da identidade cultural latino-americana.: as diferenças entre o Brasil e a Argentina. In: JORNADA MULTIDISCIPLINAR, 11, 2009, São Paulo. **Anais...**, São Paulo: UNESP, 2009. p. 1-14.

SUSSEKIND, F. **O Negro Como Arlequim:** Teatro & Discriminação. Rio de Janeiro: Achiamé, 1982.

TORRES-CUEVAS, E. **Historia del pensamiento cubano.** La Habana: Ed. Ciencias sociales, 2006. V. 1.

VENTURA, R. **Escritores e mestiços em um País Tropical.** Literatura, historiografia e ensaísmo no Brasil. Nürnberg: Wilhelm Fink Verlag, 1987.

VILLAVERDE, C. **Cecilia Valdés o la Loma del Ángel.:** Prólogo y cronologia de Iván Schulman. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1981.

WOGATZKE, G. **Identitätsentwürfe:** Selbst-und Fremdbilder in der spanisch- und französischsprachigen Prosa der Antillen im 19. Jahrhundert. Frankfurt am Main: Vervuert, 2006.

ZOLLER, R. Prefácio. In: ____. **Amerikaner wider Willen:** Beiträge zur Sklaverei in Lateinamerika und ihren Folgen. Frankfurt am Main: Vervuert, 1994.

NOTAS

¹ Del Monte é considerado uma das figuras centrais dentro do âmbito literário antiescravagista cubano. Ele incentivou e orientou os jovens autores, que costumavam a reunir-se em sua casa, a escreverem de forma realista sobre a escravidão (LUIS, 1981).

² Com essa expressão, a escritora faz referência ao medo de uma revolução como a que havia ocorrido no Haiti, que nessa época chamava-se *Saint Domingue*.

³ Devido ao racismo latente nestas obras, parece ainda não existir um consenso entre os teóricos sobre esse tema. Uma síntese deste debate oferece Wogatzke (2006).

⁴ Barreda (1979) divide o romance abolicionista cubano em dois períodos. O primeiro abarca as obras escritas entre 1835 e 1841 e se caracteriza, sobretudo, por seu caráter romântico e pelas ideias liberais da revolução francesa. A segunda fase começa em 1875 e se estende até o final do período colonial em Cuba. Nesse segundo período, o mulato, protagonista, é delineado com mais realismo e autenticidade.

Recebido em: 11-04-2016

Aprovado em: 05-09-2016

Publicado em: 12-03-2017